

# Estudos africanos:

## as experiências com a interdisciplinaridade

### African Studies: experiences with the interdisciplinary approach

Wilson Trajano Filho\*

**RESUMO:** Este trabalho faz uma reflexão sobre os estudos africanos como um campo multidisciplinar a partir da perspectiva de um antropólogo. Depois de fazer uma breve incursão sobre a consolidação da África enquanto uma área de investigação em instituições acadêmicas americanas e europeias, discorro sobre o interesse pelo continente nas universidades brasileiras. O trabalho termina com a exposição daquilo que entendo ser um campo aberto de oportunidades no Brasil para os cientistas sociais interessados em fazer pesquisa em África.

**Palavras-chave:** estudos africanos; interdisciplinaridade, antropologia da África.

## I ntrodução

Este texto é produto de conferências e apresentações orais feitas em ocasiões variadas dedicadas à temática dos estudos africanos. Vou dedicar a primeira parte do trabalho a uma reflexão sobre as experiências com a interdisciplinaridade neste campo de estudo. A seguir discorro sobre o lugar na África e dos estudos africanos nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras. E por fim, numa terceira parte, espero atrair a atenção dos estudantes brasileiros e africanos para esta vasta temática tão cara a profissionais oriundos de áreas tão diferentes como a antropologia, sociologia, história, literatura, economia, ciência política, filosofia, artes e muitas outras. De 2008 a 2012 tive a honra de ser o coordenador geral de um projeto PROCAD da CAPES cujo principal objetivo era consolidar o campo da Antropologia da África no Brasil. Este projeto, que teve o PPGAS da UnB, o PPGA da UFPE e o Posafro da UFBA como instituições participantes, gerou, entre outras coisas, a publicação de quatro coletâneas sobre temas

africanos, no âmbito da série de publicações da Associação Brasileira de Antropologia. Com estes resultados creio que, juntamente com mais de uma dezena de colegas, pudemos contribuir para a consolidação dos estudos sobre o continente africano na antropologia brasileira e em áreas afins.

## Os estudos africanos no mundo como experiência interdisciplinar

Devo começar esta seção com uma advertência. Vou tratar do tema da interdisciplinaridade nos estudos africanos com um sentimento de impunidade. Aceitei este desafio no limite de minha irresponsabilidade – para usar uma expressão tristemente desconsiderada na cultura política hegemônica brasileira. Explico-me: apesar de não ser disciplinado, no sentido de metódico, sou um ser disciplinar. Toda minha carreira acadêmica foi feita no âmbito de uma disciplina – a antropologia. Muito pequena é minha vivência no ambiente pluri-multi-inter-ou-transdisciplinar dos Centros de Estudos Africanos, e este é um contexto produtor de contornos institucionais muito singulares e de estilos de reflexão e produção intelectuais frequentemente muito diferentes dos estilos que prevalecem nos confins de um campo disciplinar específico como é o da antropologia.

Desta forma, há mesmo um quê de irresponsabilidade em minha anuência ao convite feito. Porém, quero crer se tratar de uma insensatez serenada, parcialmente ao menos, por meu pertencimento disciplinar. Em outras palavras, aceitei falar de uma área tão marcadamente pluridisciplinar como a dos estudos africanos por vir da antropologia.

No que diz respeito à África, as relações entre os campos disciplinares são fortemente marcadas por alguma assimetria. Primeiramente porque, conforme apontou a antropóloga norte-americana, Sally Falk Moore (1993), o impacto da pesquisa antropológica no continente africano sobre a disciplina antropologia não encontrou equivalente em outras disciplinas como a sociologia, a ciência política e a história. Parte substancial daquilo que podemos chamar de teoria antropológica foi desenvolvida a partir da pesquisa de campo em África por antropólogos ingleses, franceses e, um pouco mais tarde, norte-americanos. Isto nem de longe se aplica à teoria econômica ou à teoria sociológica. Em segundo lugar, assim como a antropologia tem, por assim dizer, desrespeitado as fronteiras disciplinares convencionais, a Antropologia da África também o tem feito, tendo tido grande impacto na pesquisa histórica, sociológica, política e econômica feita no continente africano (BATES; MUDIMBE; O´BARR, 1993, p.xvii).

No caso africano, a assimetria a caracterizar as relações entre os campos disciplinares tomou uma forma análoga ao que o antropólogo francês, Louis Dumont (1980), chamou de oposição hierárquica. Neste caso a antropologia desenvolveu, para o bem ou para o mal, a pretensão de ser uma disciplina holista e englobante. Isto pode ser bem exemplificado pelo processo de consolidação dos estudos africanos nos Estados Unidos, que têm exercido uma hegemonia duradoura sobre instituições congêneres de outras partes do mundo (MCCRACKEN, 1993; FERREIRA, 2010).

Neste processo, dois antropólogos tiveram papel fundamental. O primeiro foi Melville Herskovits, criador do primeiro programa de estudos africanos em 1948, na Northwestern University, membro das primeiras gerações de estudantes do fundador da antropologia cultural americana, Franz Boas. Herskovits foi também o primeiro presidente da *African Studies Association* entre 1957 e 1958. Pelo lado institucional, estes fatos refletem o papel englobador da antropologia no desenvolvimento dos estudos africanos nos EUA.

O segundo personagem chave foi o antropólogo belga Jan Vansina, que, juntamente com Philip Curtin, liderou o inovador programa de pós-graduação em História da África na Universidade de Wisconsin no início dos anos de 1960. Além de oferecer um treinamento com forte base comparativa aos especialistas em história da África, Vansina se notabilizou por adotar na pesquisa historiográfica métodos originalmente desenvolvidos em outras disciplinas como a linguística, a arqueologia e, especialmente a antropologia – a disciplina com a mais longa e enraizada tradição no continente africano [cf. Vansina(1995), acerca da relação entre história e antropologia; Vansina (2006), sobre o uso de evidências linguísticas no estudo da história da África, ver também Ferreira (2010, p. 80-82) ]. Da antropologia, Vansina propunha basicamente a adoção da agenda malinowskiana baseada no trabalho de campo de longa duração, com o aprendizado da língua local e a coleta das tradições orais. Tudo isto se consolidou no que veio a ser chamado de história oral e que passou a ser o traço distintivo da historiografia africanista feita em Wisconsin (cf. VANSINA, 1965). Não tenho tempo para examinar com mais cuidado o contrabando do método antropológico pelos historiadores africanistas, mas devo ressaltar que, passado o impacto da proposição original, o uso de fontes orais como método histórico recebeu críticas variadas (ver MACCAFFEY, 2005; FERREIRA, 2010).

Uma vez explicitada a fonte disciplinar de onde parte meu olhar, devo insistir que meu entendimento do desenvolvimento dos estudos africanos é muito pouco institucional e que dou aos fatores históricos um peso menor do que merecem. E não se trata de opção metodológica ou teórica. Ainda no

limite de minha irresponsabilidade, eu diria que é a escolha dos ignorantes e daqueles que, incapazes de simultaneamente agir e refletir sobre a ação, estão mais preocupados em fazer do que em analisar.

Devo ser mais claro acerca disto. Por pouco institucional eu quero dizer que as reflexões que se seguem não visam analisar instituições acadêmicas como os centros e programas de estudos africanos existentes em várias partes do mundo. Por uma pequena ênfase nos fatores históricos, eu apenas quero deixar apontado que não darei a devida importância ao papel que processos macrosociológicos e históricos, de natureza extrainstitucional, desempenharam no desenvolvimento dos estudos africanos, como os contextos do fim do colonialismo, das independências africanas e da guerra fria, bem como as políticas nacionais e internacionais de financiamento à pesquisa.

Sabemos, de maneira genérica, que as políticas públicas e privadas de financiamento à pesquisa sobre temas africanos e que os projetos geopolíticos imperiais, nacionais e supranacionais tiveram e têm grande influência na forma, no estilo e na substância da pesquisa feita nos centros e programas de estudos africanos na Europa, nos Estados Unidos, no Brasil e também nos próprios países africanos. Remeto os interessados nisto aos trabalhos de Ferreira (2010), sobre a institucionalização dos estudos africanos nos Estados Unidos; de McCracken (1993), sobre a história da África nas universidades britânicas; de Beltrán (1987), Zamparoni (1995) e Marques e Jardim (2012), sobre os estudos africanos no Brasil; de Trajano Filho (2002), sobre a produção científica veiculada na revista *Soronda*, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da Guiné-Bissau, e ao volume comemorativo dos 50 anos de publicação dos *Cahiers d'Études Africaines* (2010), onde se encontram ricas reflexões sobre a pesquisa africanista em França.

A tradição dos estudos africanos nas instituições de ensino superior é como quase toda tradição, muito moderna e pouco profunda. Visitei as *home pages* de sete centros europeus (dos 30 filiados à AEGIS), oito centros norte-americanos (pude traçar a existência de 32 centros) e quatro centros brasileiros e encontrei que a maioria deles foi criada a partir do fim da década de 1950. As exceções foram a *School of Oriental and African Studies* (SOAS) da Universidade de Londres, criada em 1916, o Programa de Estudos Africanos da Northwestern University, criado por Herskovits em 1948 e o Centro de Estudos Africanos da Universidade de Leiden, criado em 1947 como *Africa Institut* e transformado em Centro em 1958. Das 15 instituições restantes, 8 foram criadas entre 1958 e 1965, época que podemos chamar de período das independências africanas.

Um rápido sobrevoo pela história destas instituições sugere que os estudos africanos se consolidaram no momento em que os países africanos alcançaram a independência política. Antes disto, nos antigos impérios coloniais, o que mais tarde veio a se institucionalizar como estudos africanos era uma forma mais rasa e, para ficar com uma expressão muito cara ao espírito colonialista, menos evoluída de orientalismo e estava baseada em instituições em larga medida voltadas para a formação da elite dos funcionários coloniais. Assim é que a *School of Oriental and African Studies* foi fundada em 1916 como *School of Oriental Studies*, sendo a referência à África acrescida 22 anos mais tarde, em 1938. Como escola de estudos orientais, ela foi criada para rivalizar com o orientalismo praticado nas capitais dos outros impérios coloniais, em Berlim e em Paris, e tornou-se a seguir um importante centro de treinamento dos administradores coloniais do império britânico, especialmente após ter se voltado também para a África.

Em trabalho recentemente publicado no volume *Travessias Antropológicas: estudos em contextos africanos*, Antonio Motta (2012) nos informa que em França também se deu uma espécie de orientalismo menor na *École des Langues Orientales* e na *École Coloniale* na segunda década do século XX, sendo Maurice Delafosse uma referência ao papel duplo de pesquisador e administrador colonial. Que se tratava de uma espécie menor de orientalismo se depreende do sugestivo título de uma coletânea dedicada a obra de Delafosse chamada *Maurice Delafosse. Entre orientalisme et ethnographie: itinéraire d'un africaniste* (AMSELLE;SIBEUD, 1988). Portugal também teve sua Escola Colonial (atualmente o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas) a formar quadros para as colônias e alguns de seus egressos foram os primeiros dublês de administradores e africanistas no império colonial português. Menciono a título de ilustração a figura de Antônio Carreira, um cabo-verdiano que foi por décadas chefe de posto e administrador de circunscrição na Guiné portuguesa e um dos mais profícuos historiadores e etnógrafos daquela colônia.

Durante o período colonial, os embriões dos Centros de Estudos Africanos localizados nas capitais imperiais privilegiavam de modo exclusivo o estudo dos povos que habitavam as suas respectivas colônias e o de assuntos a elas pertinentes. Tal monopólio de deveu à necessidade de consolidar os regimes coloniais e de reproduzir as estruturas de dominação nelas implantadas pela presença europeia. Nesse longo e sinuoso processo histórico foram desenvolvidos concomitantemente mecanismos de controle e de governo que incluíam, além dos estudos antropológicos voltados para um maior conhecimento dos povos indígenas, a implementação do registro civil, de sistemas de taxaço e de contabilidade, dos censos populacionais, das

missões de estudos geográficos, de estudos médicos e antropométricos das populações locais, dos procedimentos de demarcação das fronteiras territoriais e de códigos de justiça específicos para as populações nativas. Esta lista de tópicos revela imediatamente o quanto os estudos africanos desde sempre foram inter(multi)disciplinares, conjugando antropologia, direito, economia, demografia, geografia e medicina, entre outras áreas do saber.

As independências africanas na década de 1960 não terminaram com o monopólio estabelecido no período anterior. Desta forma, ainda se nota uma clara correlação a associar as pesquisas feitas nos centros de estudos africanos baseados nos antigos impérios coloniais e as suas antigas colônias. Assim, as pesquisas feitas no Centro de Estudos Africanos do ISCTE, em Lisboa, têm como focos principais Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Os investigadores do SOAS em Londres e do Centro de Estudos Africanos de Birmingham parecem dar preferência às antigas colônias inglesas em África e no Caribe. Instituições francesas, como o *Centre d'Études Africaines da École* parisiense, parecem dar preferência aos estudos de coisas próprias das antigas colônias francesas em África e no Caribe.

As instituições baseadas em países que não tiveram colônias em África, como os Centros de Estudos Africanos de Leiden, da Dinamarca e o *Nordic Africa Institute* da Suécia, parecem ter uma distribuição menos enviesada em suas investigações. Nestes centros são desenvolvidos projetos de pesquisa em quase todos os países africanos. O caso dos Centros de Estudos Africanos nos Estados Unidos é interessante porque, apesar de privilegiarem ligeiramente a pesquisa em antigas colônias britânicas, cobrem também as ex-colônias dos outros impérios, o que parece condizer com a posição politicamente hegemônica dos Estados Unidos em escala global.

No entanto, é necessário o exame mais detalhado de um maior número de instituições voltadas para os estudos africanos na América para compreender se o ligeiro predomínio da pesquisa nos países que foram colônias britânicas se deve a uma espécie de aliança anglófona associada a projetos de hegemonia neocoloniais ou a razões mais prosaicas como, por exemplo, uma afinidade linguística ou cultural. E mais, este exame deve ser comparativo com instituições de países que não foram impérios coloniais e ser feito numa série temporal que tenha profundidade bastante para matizar eventuais desequilíbrios pontuais. Seria interessante incluir nesta comparação os Centros de Estudos Africanos baseados (a) em países não ocidentais como o Japão, a China, Índia ou mesmo a Rússia, (b) fora do núcleo europeu, como o Brasil, México e Colômbia e (c) nas várias instituições africanas de pesquisa.

Uma característica comum aos Centros de Estudos Africanos é a sua natureza inter(pluri)disciplinar. Mas até nisto há variações. Enquanto nas instituições europeias, os estudos africanos reúnem basicamente especialistas das ciências sociais e humanidades (destacando-se a história, antropologia e línguas e literaturas comparadas), alguns centros americanos congregam também pesquisadores com formação nas ciências da terra, como agronomia e geologia, e nas ciências biológicas, como a zoologia e vários ramos da medicina e saúde pública. Exemplar desta tendência seria o Programa da Universidade de Indiana que congrega um grande número de especialistas em optometria e saúde aplicada.

No que se refere à formação oferecida, os centros analisados variam entre os que não outorgam diplomas ou certificados, funcionando como um *locus* de encontro e discussão para especialistas com interesse diversificado em África baseados em outras unidades acadêmicas (departamentos, institutos etc.) e os que concedem títulos específicos em estudos africanos tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação. A meio caminho estão aqueles que outorgam certificados menores em estudos africanos a doutorandos, mestrandos e graduandos matriculados em outras unidades da mesma universidade. Variam também a existência ou não de publicações regulares vinculadas a eles. Alguns, como o *Institute of African Studies* da Universidade de Columbia ou o *African Studies Centre* em Copenhague, publicam uma *newsletter*; outros publicam uma ou mais séries ocasionais, como é o caso do *African Studies Centre* de Leiden e o *Nordic Africa Institute* de Uppsala. Por fim há os que publicam um ou mais periódicos regulares e patrocinam a publicação de monografias. Este é o caso do Centro de Estudos Africanos do ISCTE, dos Programas de Estudos africanos de Wisconsin, de Indiana e da UCLA e de muitos outros.

Como veremos a seguir, outorgar diplomas e ter publicações regulares são escolhas que têm impactos substanciais nos Centros de Estudos africanos brasileiros.

## O lugar da África e os estudos africanos no Brasil

No Brasil existem atualmente quatro Centros de Estudos Africanos, o que não significa que a pesquisa sobre a África no Brasil esteja circunscrita a eles. Pela ordem cronológica são eles: o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA, criado em 1959, o Centro de Estudos Africanos (CEA) da USP, criado em 1963, mas implementado de fato somente em 1969, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do Centro Universitário Cândido Mendes, criado em 1973 e o Centro de Estudos Africanos da UFMG, que surgiu no

ano passado. Os três mais antigos têm uma publicação regular, apesar da revista do CEA da USP sair de modo bastante irregular. Os centros do Rio e de Salvador tem tido um claro envolvimento na formação de estudantes, sendo que o CEAO sedia um programa de pós-graduação em estudos étnicos e africanos, o Posafro.

Minha colega Alcida Ramos (2010) argumenta que, apesar de sua pequenez populacional, os índios brasileiros são essenciais para a constituição da comunidade imaginada que é o Brasil. Creio que esta centralidade tem como correlato o desenvolvimento de um campo de estudo tão consolidado como o da etnologia indígena, entendida na sua acepção mais ampla. Agora devo notar que nos nossos debates sobre a nação, os negros brasileiros não têm uma centralidade menor do que a dos índios, porém sua importância não é correlata ao desenvolvimento de uma antropologia da África nem dos estudos africanos em geral.

Não examinarei aqui as razões disto, mas vale lembrar que, genericamente, a temática africana teve uma grande relevância no pensamento dos cientistas sociais brasileiros antes da institucionalização da pós-graduação no país a partir do fim dos anos 1960. Vêm à mente os trabalhos do duplê de médico e antropólogo, Nina Rodrigues, publicados no início do século XX, a publicação de Gilberto Freyre sobre as relações entre a casa grande e a senzala, os diálogos entre os americanos Herskovits e Ruth Landes e Arthur Ramos e Edison Carneiro na Bahia, e o projeto da Unesco sobre as relações raciais no Brasil.

Porém, todo este ímpeto em direção às populações de origem africana não foi forte o bastante para atravessar o Atlântico e alcançar sequer as ilhas de Cabo Verde, na costa da África ocidental. A África que interessava aos nossos cientistas sociais de então era aquela que se aclimatara em solo brasileiro, sob a forma das religiões de matriz africana, organização social das famílias negras, modos de atuação do preconceito racial, festas e ritos da cultura popular de suposta origem africana, formas associativas das populações negras e alguns elementos de sua cultura material. Excetuando-se breves incursões de pesquisadores ao terreno africano às vésperas das independências nacionais no continente (todos eles ligados ao CEAO da Bahia), pouco ou nada se fez para o desenvolvimento da pesquisa em África até o final dos anos 1970.

Se minha memória não me trai, quando elaborei meu projeto de pesquisa sobre a Guiné-Bissau em meados de 1980, havia no meio acadêmico brasileiro apenas três antropólogos com experiência de pesquisa em África, todos eles estrangeiros. O primeiro, com sólida formação na antropologia africanista, havia escrito uma importante monografia sobre possessão de espíritos numa

comunidade do Zimbábue (FRY, 1976). Mas uma vez instalado no Brasil, mudou seus interesses de pesquisa. Os outros dois eram pesquisadores nascidos em África que, por motivações diferentes, deixaram seus países natais e vieram para o Brasil obter sua formação doutoral (cf. MUNANGA, 1986; SERRA, 1983). Cá, eles tiveram uma formação generalista, escreveram suas teses sobre temáticas relacionadas a seus países de origem e se vincularam vínculos ao CEA da USP.

Passados 27 anos, o grupo de antropólogos interessados em África cresceu substancialmente. Hoje em dia, calculo haver cerca de 30 pesquisadores doutores em antropologia nos programas de pós-graduação com projetos de pesquisa no continente africano, a maioria formada no país. Junte-se a estes um pequeno número de sociólogos, um não tão pequeno grupo de historiadores com projetos em países africanos, uma dezena de estudiosos das literaturas africanas, bem como uma centena de estudantes de mestrado e doutorado em todas estas disciplinas que começam a se envolver com o estudo da África, e notaremos que o quadro atual é muito diferente do que havia quando comecei minha pesquisa na Guiné-Bissau.

Não poderei dedicar tempo ao exame das razões do crescimento dos estudos africanos no Brasil. A este respeito devo apenas apontar que uma ambição de projeção geopolítica, parte integrante do projeto do estado-nação brasileiro e a tendência geral de internacionalização das universidades do país devem entrar no cômputo de qualquer explicação. Vale a pena, porém, dedicar um dedo de pensamento ao que considero serem as peculiaridades deste campo e as oportunidades que se abrem.

O emergente campo dos estudos africanos no Brasil tem se orientado pela mesma lógica que balizou os estudos africanos nos antigos impérios coloniais. O caso brasileiro, no entanto, deixa entrever uma estranha lógica. Vejamos: como foi acima mencionado, os pesquisadores dos impérios coloniais sempre preferiram estudar os povos que habitavam as suas colônias. O Brasil, no entanto, nunca foi um império colonial. Por isto parece-me estranha a lógica que preside os nossos esforços voltados para a África de privilegiar os países de língua oficial portuguesa, como se estes tivessem conosco um vínculo de ordem especial.

Creio que essa lógica inaudita tem causas variadas, cada uma com um peso diferente. Certamente deve entrar no cômputo geral um eventual sentimento de maior familiaridade com os universos culturais dos PALOPs, provavelmente devido ao fato de compartilharmos a língua portuguesa. Devo alertá-los, contudo, que este sentimento raramente se revela verdadeiro

em campo e o compartilhar de um mesmo idioma pode tanto ser fator de aproximação quanto de distanciamento. Em mais de uma ocasião testemunhei *in loco* que a língua e as coisas portuguesas são percebidas como associadas a um passado de exploração e violência do qual frequentemente é mais sábio e prudente se manter a distância.

Por trás desse sentimento de familiaridade que nunca se completa está uma causa de fundo, que reputo ser hoje o maior obstáculo ao desenvolvimento pleno dos estudos africanos no nosso país. Trata-se da obsessão das Ciências Sociais brasileiras com o Brasil. Por ser obsessivo, aquilo que deveria ser o atributo distintivo dos estudos africanos feito aqui – o interesse com o Brasil e o conhecimento de sua realidade cultural – se torna um obstáculo. Primeiro porque, de certo modo, impede que mergulhemos profundamente na etnologia e história africanas.

Um exemplo. O antropólogo brasileiro que estuda o problema da pressão fundiária ou as religiões cristãs na África contemporânea certamente enriquecerá seu estudo em diálogo com estudiosos dos mesmos temas no Brasil, que abundam em nossas ciências sociais. Porém, creio que isto é, de certo modo, secundário, pois este antropólogo imaginário deve, primeiro, dialogar com a literatura africanista sobre estes tópicos. Sem o desenvolvimento de um campo de estudos africanos institucionalmente sólido (de modo análogo ao que aconteceu com a etnologia indígena), este primeiro passo dificilmente é dado, e o passo secundário, que poderia tornar a nossa perspectiva diferenciada, termina por emprestar a ela apenas uma ingenuidade infantil.

A ausência de um diálogo regular e com densidade entre antropólogos africanistas e pesquisadores de outras filiações disciplinares que têm interesse primeiro em África se associa de modo perverso com o *ethos* competitivo de nossa pós-graduação. Nesse contexto, dialogar com nossos colegas africanos e publicar em seus periódicos é quase um suicídio, pois isto vale muito pouco nos *Qualis* da Capes. Alguém mais otimista poderia dizer que tal atitude nos forçaria a ir aos grandes centros europeus da produção internacional. Lamento me pôr contra, mas, apesar de meus tímidos protestos, a revista do *International African Institute*, a prestigiosa *Africa*, continua sendo B2 no *Qualis* da Antropologia. Os *Cahiers d'Études Africaines*, que eu saiba, ainda não estão qualificados. Trata-se de uma revista da afamada *École* parisiense, que já ganhou dos deslumbrados locais o prestigioso A1 para o seu *L'Homme*. Nós todos sabemos que o *Qualis* avalia uma mera lista de atributos formais e que, pela semelhança formal, os *Cahiers* deveriam ter o mesmo destino do seu equivalente estruturalista. Mas como se trata de África, a coisa fica, literalmente, preta. Se nada mudar, mais valerá publicar

na revista dos alunos da pós (de qualquer programa) do que em *Politique Africaine*, no *African Studies Review*, *Journal of Southern African Studies*, *Journal of African History*, *Journal of Modern African Studies*, para não falar de *Soronda* ou da *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*.

No caso dos estudos africanos adiciona-se um complicador. Como se trata de um campo multidisciplinar, mas, de modo geral, limitados às Humanidades e Ciências Sociais, os eventuais programas de pós-graduação em estudos africanos são avaliados pelo Comitê interdisciplinar, onde predominam pesquisadores filiados às chamadas ciências duras. Disto resulta uma constante insatisfação com a avaliação recebida pelos programas com foco regional, como os estudos africanos.

## Oportunidades

Gostaria de usar o tempo que me resta para ir além dos problemas e obstáculos e falar de oportunidades e de comparação. Pois bem, as oportunidades existem, são muitas e estão associadas a uma perspectiva comparativa estratégica que poderia ser muito bem desenvolvida pelos estudos africanos feitos no Brasil. As maiores e melhores oportunidades se encontram nas áreas lacunares; onde ainda não estivemos e com o que não comparamos. Isto nos distancia da “África portuguesa”.

A ideia de área cultural foi desenvolvida na etnologia norte-americana para lidar com a variabilidade sociocultural existente numa determinada porção do espaço, de modo a reduzi-la a um pequeno número de unidades articuladas em que são claras as semelhanças e as diferenças entre as populações que ali habitam. Ela tornou-se muito rapidamente uma eficiente ferramenta analítica a ajudar antropólogos e museólogos a organizarem as coleções etnográficas nos museus. Numa época em que a difusão de traços culturais era assunto do mais legítimo interesse antropológico, não demorou muito para o conceito ser aplicado fora do espaço exclusivo dos museus e da etnologia americana. Assim, no início da década de 1920, a ideia de áreas culturais começou a ser usada para mapear a variabilidade cultural africana (HERSKOVITS, 1924, 1962).

Os tempos mudaram e este estilo de antropologia cultural entrou em declínio, sobretudo no caso africano, com a entrada em cena das teorias estruturais-funcionalistas. Mas, na ciência como na vida, o tempo é cruel e implacável. Sempre faz ruir padrões e hegemonias. E assim, o reino das estruturas e de sua reprodução está hoje em franca desintegração. Em seu lugar, nos últimos 20 anos, assistimos à triunfal reentrada em cena da difusão dos traços culturais, agora travestida em fluxos globalizados. Seria então tempo de reabilitar a velha ferramenta das áreas culturais?

Não quero chegar a tanto. Vou reivindicá-la aqui apenas para fundamentar dois argumentos. Primeiro, olhar além da África dos PALOPs é uma perspectiva comparativa de grande valor estratégico para a consolidação dos estudos africanos *made in Brasil*. Segundo, fazer isto requer um tipo de formação africanista que inibe a reinvenção da roda, conclusões ingênuas e, frequentemente, as duas coisas.

Tenho grande familiaridade com uma porção da África ocidental conhecida como a Alta Costa da Guiné, que abarca seis países: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, República da Guiné, Serra Leoa e Libéria. Esta porção do continente conforma uma área cultural com atributos distintivos de outras partes da África subsaariana. Trata-se de uma região cujo núcleo é a floresta costeira e cujos limites norte e leste são, respectivamente, o Sahel e as savanas ralas da região histórica conhecida como Sudão ocidental. Nela vivem dezenas de povos que falam línguas pertencentes a três diferentes famílias do tronco Níger-Congo. Esses povos são majoritariamente agricultores, apesar de haver alguma pastorícia nos limites norte da região. Diferentemente dos agricultores de outras partes de África, temos aqui uma agricultura altamente eficiente, produtora de excedentes usados numa rede de troca intersocietária que ligava, até o século XV, três grandes zonas ecológicas: o Sahel, a zona de savana e a de floresta. A partir de então, vai ligar também todas essas regiões ao Novo Mundo e à Europa.

Paradoxalmente, o que confere unidade cultural à Alta Costa da Guiné é a diversidade de povos a viverem em relativa simbiose, num constante mas instável processo de mistura em que gente, valores, bens, ideias, signos e coisas estão em fluxo. Encontros intersocietários regulares, incluindo os encontros com três impérios europeus a partir do século XV, enquadrados por narrativas de alianças matrimoniais e comerciais fundadas num princípio de reciprocidade conhecido como *landlord-stranger* (DORJAHN; FYFE, 1962) e na exogamia extremada, fazem dessa área um lugar de mistura ou, como prefiro, de criouliização. Os casos mais conhecidos são as sociedades crioulas de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Freetown, na Serra Leoa (PORTER, 1963; SPITZER, 1974; COHEN, 1981; WYSE, 1991) e da Libéria (ELLIS, 1999). Mas há ainda casos menos estudados, como o dos akus da Gâmbia e dos *créoles* ou *originaires* das comunas senegalesas de Saint-Louis, Gorée, Dacar e Rufisque (cf. JOHNSON JR, 1972; CONKLIN, 1997; DIOUF, 1999; SACKUR, 1999). Todos eles são produtos dos encontros de representantes de três impérios coloniais europeus com as sociedades indígenas locais, já em si muito criouliizadas. Mas houve certamente processos de criouliização que não envolveram agentes europeus, sendo paradigmático o caso da expansão mande entre os séculos X e XV.

Todos esses atributos que mencionei fornecem ao pesquisador uma miríade de tópicos para o estudo. Muitos já foram explorados, outros, mal tocados. Mas de um modo ou de outro, creio que o estudo de qualquer tópico tendo a Alta Costa da Guiné como cenário requer um pano de fundo comparativo cujo foco é a própria diversidade no interior da área. Alguns exemplos: o aprendiz de antropólogo brasileiro pode ficar fascinado com o carnaval de Bissau, pois este atrai uma multidão aos desfiles dos grupos carnavalescos, cujos membros portam elaboradas fantasias e máscaras que o antropólogo inadvertidamente chamaria de alegorias. A tentação imediata, e portadora de sentido, seria referir o complexo evento ao carnaval brasileiro e, quem sabe, de passagem ao de São Vicente que, como sabemos pela música, é um “brasilinho”.

No entanto, se fizermos apenas este movimento comparativo, perderemos um substancial naco de significação do carnaval guineense. Deixaremos de ver que suas formas organizativas, sua estética e suas mensagens têm mais a ver com as *odelays* (também conhecidas como *devil societies*) de Freetown (KING, 2012) e com as mascaradas *kankurang* da Casamansa e da Gâmbia (DE JONG, 2007) do que com as formas momescas do lado de cá do oceano. Além disto, noto que quase todos os grupos carnavalescos de Bissau estão associados a uma *manjuandadi*, que é uma instituição crioula de autoajuda e de sociabilidade muito mais próxima dos conjuntos etários das sociedades tradicionais do que de uma escola de samba carioca ou de uma irmandade católica (TRAJANO FILHO, 2010a, 2012b). O nosso aprendiz de antropólogo estará então muito mais bem apetrechado se conhecer o ecúmeno cultural da Alta Costa da Guiné e a literatura que dele trata do que se estiver somente informado dos estudos antropológicos sobre os carnavais daqui.

O caso contrário também se dá, e mostra a vantagem comparativa que temos. Alguns anos atrás, no âmbito de um grupo de pesquisa do qual faço parte, convivi com um pesquisador da Serra Leoa interessado nas *devil societies* crioulas de Freetown. Ele era um bom conhecedor da literatura africana sobre este tipo de organização. Então, tratou logo de relacioná-las à maçonaria da elite Krio, aos agrupamentos urbanos inspirados nas sociedades secretas Poro e Sande e às próprias atividades dessas sociedades no mato. Sua capacidade comparativa e seu conhecimento etnográfico das mascaradas senegalesas já não eram tão grandes em razão do resquício de monopólio neocolonial na formação dos pesquisadores e, por isto, o material *kankurang* foi-lhe de pouca ajuda. Já as formas associativas crioulas, como as *manjuandadis* guineenses e as *tabancas* cabo-verdianas, lhe seriam praticamente desconhecidas, não fosse o acaso de ele participar comigo de um mesmo grupo de pesquisa e assim conhecer o meu trabalho sobre essas instituições crioulas. Na ocasião, pude ainda brindá-lo com uma pitada do carnaval brasileiro, o que tornou a sua comparação mais criativa.

Outro exemplo breve. Antes de remeter a instabilidade política guineense ao colonialismo português com seu *ethos* assimilacionista e, por consequência, a Cabo Verde, Angola ou Moçambique, é importante referi-la também, e primeiramente, ao que acontece na Serra Leoa, na Libéria ou nas vizinhas repúblicas da Guiné e do Senegal: à natureza da criouliização na Guiné-Bissau e sua diferença em relação ao que ocorreu com os krios de Freetown e com os *créoles* de Dacar, à especificidade do patrimonialismo local associado à ausência ali do Poro e do Sande, entre outras coisas. E assim, nós, africanistas brasileiros, com uma potencial maior familiaridade com os PALOPs, lugares menos conhecidos do jardim antropológico, estamos numa grande vantagem comparativa relativa aos colegas franceses e ingleses. Nós mesmos somos herdeiros de processos de criouliização cultural e nossa antropologia tem sido produzida na famosa câmara de decantação da periferia, que tem muito de crioula ou de antropofágica.

Estes fatores podem nos oferecer um ponto de partida criativo e estratégico desde que nos libertemos da prisão representada pelo interesse quase exclusivo na “África portuguesa” que, por sua vez, nos amarra ao Brasil. Este tipo de perspectiva nos possibilitaria realizar comparações criativas entre diferentes fenômenos socioculturais em contextos africanos variados. Trazer para a análise dos casos africanos a perspectiva antropológica aqui desenvolvida para tratar de assuntos brasileiros, sem a obsessão que denunciei, sem o nosso localismo autossuficiente, e com uma sólida formação africanista geral, que vai muito além dos PALOPS, poderia bem representar um atributo a caracterizar e a distinguir a nossa Antropologia da África de outras, de outros lugares.

Se atualmente ainda predominam as pesquisas nos antigos países de colonização portuguesa, observa-se um incipiente alargamento das áreas de estudo. A África do Sul tem sido o destino preferido, mas há gente realizando investigações em Benin, Mali, Uganda, Namíbia e Gana, para não mencionar meu trabalho comparativo na Alta Costa da Guiné.

**Keywords**  
african studies,  
interdisciplinary  
studies,  
anthropology of  
Africa.

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss the african studies as a multidisciplinary camp in the perspective of an anthropologist. After a brief incursion through the consolidation of Africa as an investigation area in the american and european academic institutions, I will discourse on the interest over the continent in the Brazilian universities. This work ends with an exposition of what I understand to be an area of opportunities in Brazil for social scientists interested in doing research on Africa.

Artigo  
Recebido: 15/02/2014  
Aprovado: 30/03/2014

## Referências

AMSELLE, J.L.; SIBEUD, E. (Dir.). Maurice Delafosse. Entre orientalisme et ethnographie: itinéraire d'un africaniste (1870-1926). Paris: Maisonneuve & Larose, 1988.

BATES, R.H.; MUDIMBE, V.Y. ; O'BARR, J. "Introduction". In: \_\_ (Eds.). *Africa and the Disciplines: the contributions of research in Africa to the social sciences and humanities*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

BELTRAN, L. *O africanismo brasileiro*. Recife: Pool Editorial, 1987.

BRAZ DIAS, J. e LOBO, A. S. (orgs.). *África em Movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

CAPITANT, S. et HILGERS, M. (Dir.). *Médiations Interdisciplinaires: Variations Africanistes*. *Anthropologie et Sociétés*, 37 (1), p. 9-136, 2013.

COHEN, A. *The Politics of Elite Culture: explorations in the dramaturgy of power in a modern African society*. Berkeley: University of California Press, 1981.

CONKLIN, A. *A Mission to Civilize: the republican idea of empire in France and West Africa, 1895-1930*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

DE JONG, F. *Masquerades of Modernity: Power and Secrecy in Casamance, Senegal*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

DIOUF, M. "The French colonial policy of assimilation and the civility of the Originaires of the four Communes (Senegal): a nineteenth century globalization project". In: MEYER, B.; GESCHIERE, P. (Eds.). *Globalization and Identity: dialectics of flow and closure*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

DORJAHN, V.R.; FYFE, C. "Landlord and Stranger: change in tenancy relations in Sierra Leone". *Journal of African History*, 3 (3), p.391-397, 1962.

DUMONT, L. *Homo Hierarchicus: the caste system and its implication*. Chicago: Chicago University Press, 1980.

ELLIS, S. *The Mask of Anarchy: the destruction of Liberia and the religious dimension of an African civil war*. London: Hurst, 1999.

FERREIRA, R. "A institucionalização dos estudos africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações". *Revista Brasileira de História* 30, p.73-90, 2010.

FRY, P. *Spirits of Protest: spirit-mediums and the articulation of consensus among the Zezuru of Southern Rhodesia (Zimbabwe)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

HERSKOVITS, M. J. "A Preliminary Consideration of the Culture Areas of Africa". *American Anthropologist*, 26 (1), p.50-63, 1924.

\_\_\_\_\_. *The Human Factor in Changing Africa*. New York: Vintage Books.  
JOHNSON Jr., G. W. "The Senegalese urban elite, 1900-1945". In: CURTIN, P.D. (Ed.). *Africa and the West: intellectual responses to European culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972.

KING, N. *Contested Spaces in Post-War Society: the "Devil Business" in Freetown, Sierra Leone*. PhD dissertation, Martin-Luther Universität, 2012.

MACGAFFEY, W. "Changing representations in Central Africa". *Journal of African History*, 46, p.189-207, 2005.

MARQUES, D.F. , JARDIM, M.D. O que é isto: a África e sua História?". In: TRAJANO FILHO, W. (Org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

MCCRACKEN, J. "African history in British universities: past, presente and future". *African Affairs*, 92, p.239-253, 1993.

MOORE, S.F. "Changing Perspectives on a Changing Africa: the work of Anthropology". In: BATES, R.H., MUDIMBE, V.Y., O'BARR, J. (Eds.). *Africa and the Disciplines: the contributions of research in Africa to the social sciences and humanities*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

MOTTA, A. "Travessias africanas: Michel Leiris e o início das pesquisas africanistas em França". In: W. TRAJANO FILHO (Org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

MUNANGA, K. *Os Basanga de Shaba: um grupo étnico do Zaire*. São Paulo: FFLCH / USP, 1986.

PORTER, A. T. *Creoledom: a study of the development of Freetown society*. Oxford: Oxford University Press, 1963.

RAMOS, A. "Revisitando a Etnologia Brasileira". In: L.F. Duarte (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia*. São Paulo: Discurso Editorial / Barcarolla, 2010.

SACKUR, K.A. *The Development of Creole Society and Culture in Saint-Louis and Gorée, 1719-1817*. PhD dissertation, University of London, 1999.

SANSONE, L. (Org.). Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades. Salvador: EDUFBA/ABA Publicações, 2012.

SERRANO, C.M. Os Senhores da Terra e os Homens do Mar; antropologia política de um reino africano. São Paulo: FFLCH / USP, 1983.

SPITZER, L.. The Creoles of Sierra Leone: responses to colonialism, 1870-1945. Madison: The University of Wisconsin Press, 1974.

TRAJANO FILHO, W. “Soronda e a produção intelectual no INEP”. Soronda NS 5, p.143-177, 2002.

----- . Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Brasília: Athalaia/ABA, 2010.

----- . “Território e idade: ancoradouros do pertencimento nas manjuandadis da Guiné-Bissau”. In: W. TRAJANO FILHO (Org.). Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Brasília: Athalaia/ABA, 2010a.

----- . Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos. Brasília: ABA Publicações, 2012.

----- . Introdução: perspectivas comparativas nos estudos africanos. In: TRAJANO FILHO, W. (Org.). Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos. Brasília: ABA Publicações, 2012a.

----- . Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos. In: SANSONE, L. (Org.). Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades. Salvador: EDUFBA/ABA Publicações, 2012b.

----- .A África e o Movimento: reflexões sobre os usos e abusos dos fluxos. In: BRAZ DIAS, J; LOBO, A. S. (Orgs.). África em Movimento. Brasília: ABA Publicações, 2012c.

VANSINA, J. Oral tradition as history: a study in historical methodology. Chicago: Aldine, 1965.

----- . “Historians, are archeologists your siblings?”. History in Africa, 22, p.369-408, 1995.

-----.“Linguistic Evidence for the Introduction of Ironworking in Bantu-Speaking Africa”. History in Africa, 33, p.321-361, 2006.

WYSE, A. *The Krio of Sierra Leone: an interpretive history*. Washington: Howard University Press, 1991.

ZAMPARONI, V. “Os estudos africanos no Brasil: veredas”. *Revista de Educação Pública*, 4 (5), p.105-124, 1995.

ZELEZA, P. T. (Ed.). *The Study of Africa: disciplinary and interdisciplinary encounters* (v. 1). Dakar: CODESRIA, 2006.